36

Proc. 1105,05 for

Senhor Presidente
Senhores Vereadores

A Lei n.º 486-A, de 30 de maio de 1997 dispõe sobre o transporte coletivo de passageiros na modalidade lotação, regulamentada através do Decreto 726-A, de 30 de junho daquele ano.

Ao dispor sobre a renovação do Certificado de Registro Municipal, o referido Decreto estabelece um escalonamento e prazo, de acordo com o final das placas dos veículos.

Ocorre, todavia, que esse escalonamento não coincide com o estabelecido pelo DETRAN, obrigando os autorizatários do serviço de lotação a arcarem com os custos da renovação antes do prazo de licenciamento pelo DETRAN.

Considerando as sérias dificuldades financeiras por que passam esses autorizatários, devemos propor um novo calendário para a mencionada renovação, visando conceder maior prazo para beneficiá-los.

Assim sendo,

Submeto à apreciação do Egrégio Plenário o

seguinte:

## PROJETO DE LEI N.º 65 /05 - DOCUMENTO N.º 885 /05

Acrescenta § 2.º ao art. 6.º da Lei n.º 486-A/97, que dispõe sobre o transporte coletivo de passageiros na modalidade lotação e dá outras providências.

Art. 1.° - Acrescente-se ao art. 6.º da Lei n.º 486-A, de 30 de maio de 1997, o seguinte § 2.º, passando o atual parágrafo único a 1.º:

§ 2.º - A renovação do Certificado de Registro Municipal deverá ser solicitada, anualmente, de acordo com o escalonamento e prazo estabelecido abaixo:

I – veículos de placas final 1 – mês de maio;

II - veículos de placas final 2 - mês de junho;
 III - veículos de placas final 3 - mês de julho;

IV - veículos de placas final 4 – mês de agosto;

V - veículos de placas final 5/6 - mês de setembro;

VI - veículos de placas final 7 - mês de outubro;

VII - veículos de placas final 8 - mês de novembro, e

VIII – veículos de placas final 9/0 – mês de dezembro."

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3. ° - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA MARTIM AFONSO DE SOUSA,

em 2 de Junho de 2005.

CARLOS SANTIAGO

